



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

#### REQUERIMENTO Nº DE 2023

(Da Sra. Erika Kokay)

Apresentação: 20/03/2023 21:43:21.727 - CDHMIIR

REQ n.3/2023

Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre as violências cometidas contra crianças e adolescentes indígenas no Brasil.

Senhora Presidenta,

Requeremos, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública para discutir sobre as violências cometidas contra crianças e adolescentes indígenas no Brasil. Sendo assim, sugere-se que sejam convidados (as) as representações das organizações abaixo identificadas, seguido de depoimentos:

- I. Ministério dos Povos Indígenas;
- II. Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania;
- III. Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI;
- IV. Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias;
- V. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda);
- VI. Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH);
- VII. Hutukara Associação Yanomami;
- VIII. Leonardo Boff, teólogo, escritor e filósofo.

Depoimentos:

- 1) Maria Lídia Ferreira Melo, mulher indígena do povo Tupinambá, professora e pedagoga. Atuação com indígenas em contexto urbano e migrantes. Conselheira da Secretaria de Orçamento Participativo Municipal de São Luís. Conselheira da Educação Escolar Indígena do Maranhão e Articuladora de base da Região Norte;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 2) Adriana Fernandes Carajá (Korã) - Pajé Karirí-Sapuyá do sertão baiano. doutoranda em Antropologia Social – Universidade Federal de Minas Gerais;
- 3) Luciana - Lu Ahamy, artesã chefe de cozinha militante, mulher indígena, mãe, avó, guerreira - Guarani mbya;
- 4) Raquel Kubeo é atriz e pedagoga, doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mulher indígena descendente das etnias Kubeo e Tukano;
- 5) Isabel Taukane, é indígena da etnia Kurâ-Bakairi de Mato Grosso, Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso, membro fundadora do Instituto Yukamaniru de Apoio Às Mulheres Indígenas Bakairi;
- 6) Meyriane Costa de Oliveira , indígena aldeada na comunidade do Catu dos Eleoterios Goianinha & Canguaretama, mestranda em antropologia social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- 7) Krexú Takuá - Cacica Alice, mulher indígena Guarani, fundadora e coordenadora do Centro de Referência Indígena-afro do Rio Grande do Sul, integrante da Articulação Nacional de Indígenas em Contexto Urbano e Migrantes;
- 8) Erilza Pataxó (Uruba) – vice-cacica no Território Barra Velha/Boca da Mata na Bahia.

### JUSTIFICAÇÃO

O histórico de injustiças sociais contra os povos indígenas, desde a invasão dos portugueses às terras de Pindorama , tem produzido inúmeras desigualdades, discriminações e extermínios contra os povos indígenas, com afetação ainda mais grave às suas crianças, as quais, em muitos povos, acabam sofrendo diversas vulnerabilizações e violações de direitos, como as relacionadas à educação, saúde, nutrição e integridade física e sexual.

Infelizmente, nos últimos anos, entidades indigenistas e socioambientais denunciaram, insistentemente, a ocorrência de uma “tragédia humanitária” em curso na Terra Indígena Yanomami. A área, que ocupa partes dos estados de Roraima e Amazonas, é marcada por garimpo ilegal de ouro e cassiterita, violência sexual de mulheres e crianças, ameaças de morte e desestruturação dos postos de saúde.

Em relação às violências à infância indígena, ressalta-se que em agosto de 2021, houve o assassinato de uma menina Guarani-Kaiowá, de 11 anos, cujo corpo foi jogado do alto de uma pedreira, depois da vítima ter sido estuprada coletivamente por cinco homens, três deles





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

adolescentes, da aldeia Bororó, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Mais recentemente, no dia 11 de abril de 2022, a Hutukara Associação Yanomami lançou um relatório com evidências graves de violências contra crianças e mulheres do povo Yanomami, com relatos de que tais pessoas são obrigadas a fazer sexo com os garimpeiros em troca de comida.

Segundo a Hutukara Associação Yanomami, uma destas situações de opressão e violência ocorreu contra uma criança de 12 anos, que, infelizmente, foi estuprada e levada a óbito. Os dados têm evidenciado que essa prática tem sido reincidente nas comunidades do povo Yanomami devido a presença de mais de 20 mil garimpeiros em suas terras e a omissão do poder público em agir para a retirada destas pessoas e garantir a seguridade territorial.

A partir de janeiro de 2023, com a posse do novo governo, as denúncias estão sendo investigadas, e diversas ações realizadas, na perspectiva do atendimento integral aos povos indígenas daquela região, como meio de superação do quadro de violação de direitos humanos a que foram submetidos.

Por isso, faz-se necessário a realização de audiência pública, para a manifestação de representantes dos povos indígenas e discussão sobre as recorrentes ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas, na perspectiva de contribuir e somar esforços pela garantia da proteção integral dos direitos da população indígena.

Sala da Comissão, em 20 de março de 2023.

**Deputada ERIKA KOKAY – PT**

